

EP PGG

**Especialista em Políticas Públicas
e Gestão Governamental**

*Uma carreira de excelência
comprometida com o
desenvolvimento do país*



ANESP

Associação Nacional dos Especialistas em
Políticas Públicas e Gestão Governamental

2022

DIRETORIA DA ANESP

PEDRO PONTUAL Presidente

LILIAN RAHAL 1ª Vice-Presidente

FREDERICO COUTINHO 2º Vice-Presidente

ELIZABETH HERNANDES 3ª Vice-Presidente

CELINA PEREIRA 4º Vice-Presidente

BRUNO MELO 5ª Vice-Presidente

JOSÉ GUERRA 6º Vice-Presidente

ANA AMÉLIA DA SILVA Suplente

ANTÔNIO BRITO Suplente

LUIZ RODRIGUES Suplente

GUILHERME MACEDO Suplente

MÁRCIA MUCHAGATA Suplente

PAULO KLIASS Suplente

A sua Senhoria o Senhor

Geraldo Alckmin

Vice-Presidente eleito e Coordenador da Equipe de Transição de Governo

c.c. Aos Coordenadores Temáticos da Equipe de Transição de Governo

Assunto: Apresentação da carreira de EPPGG. Disponibilidade para colaborar com o processo de transição governamental.

Senhor Vice-Presidente eleito,
Senhores coordenadores temáticos,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos material informativo sobre a atuação e perfil da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e informamos que seus mais de 900 membros distribuídos por toda a Esplanada dos Ministérios estão à disposição dessa equipe de transição para colaborar com um processo republicano e transparente de troca de informações e conhecimentos, visando colaborar efetivamente para a estruturação do novo governo e de suas políticas públicas.

As atribuições de nossa carreira, dadas pela Lei 7.834, de 6 de outubro de 1989, incluem não só a execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, como também atuar na direção e assessoramento aos escalões superiores da Administração Direta e Autárquica. Os membros da carreira têm vasta experiência na Administração Pública, em diferentes graus de complexidade, responsabilidade e autonomia, atuando em diversos temas de políticas públicas

O caráter estratégico de nossa atuação nos habilita a enfrentar problemas complexos no dia-a-dia, que exigem capacidades de negociação e decisão; conhecimentos sobre áreas como administração pública, políticas públicas, economia e direito; e aprofundamento em temas específicos à área de governo em que trabalhamos.

Ao longo dos últimos 30 anos nossos membros ajudaram a construir e implementar políticas estratégicas para o Estado Brasileiro, em todas as áreas de governo, conforme pode ser observado ao final deste documento, que traz alguns casos de sucesso de políticas públicas com a participação e liderança de EPPGGs. Programas como o Bolsa Família, por exemplo, contaram com os gestores desde sua formulação. Em anexo, enviamos uma publicação lançada no último mês de outubro que discorre especificamente sobre o desmonte de políticas públicas ocorrido nos últimos anos (disponível também em bit.ly/3TrPJLV).

O material a seguir contém, ainda, dados quanti/quali sobre a carreira de EPPGG, para que se tenha um panorama mais completo da carreira e sua atuação.

Considerando as muitas expertises dos EPPGGs, tanto técnicas como acadêmicas, nas diversas áreas de atuação dessa equipe de transição, reforçamos nossa disposição para contribuir com o trabalho a ser realizado para preparação do novo governo eleito. Afinal, como servidores de carreira, isso não acarretaria qualquer custo à equipe de transição.

Destacamos que esta disponibilidade se deve, ainda, a um chamado realizado pelo coordenador do grupo técnico do Gabinete de Transição, Aloízio Mercadante, em reunião ocorrida em julho deste ano com membros de algumas Associações vinculadas ao Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado-Fonacate.

Finalizamos informando que aguardamos orientações sobre eventual necessidade de apoio por parte de membros da carreira e desejando sucesso a toda a Equipe, considerando que os próximos anos serão especialmente desafiadores na reconstrução da gestão governamental e das políticas públicas visando a garantia do bem-estar social de nossa população, em especial daqueles que mais sofrem.

Cordialmente,

Pedro Helena Pontual Machado

Presidente da ANESP

Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Quem são os EPPGGs

Conhecidos como gestores governamentais, os Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGGs) são os servidores responsáveis por assessorar, dirigir, coordenar, planejar e gerenciar atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, em diferentes graus de complexidade, responsabilidade e autonomia. A gestão profissional, baseada em evidências e orientada pela eficiência são orientadores da carreira. Com caráter estratégico, EPPGGs atuam em diversos ministérios, órgãos e agências estatais. Esses gestores têm conhecimentos sobre áreas como administração pública, políticas públicas, economia e direito, além de temas específicos à área de governo em que trabalham.

A Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP) foi criada em 1989. A instituição congrega atualmente 80% dos gestores públicos federais e tem entre seus objetivos, zelar pela profissionalização na administração pública, promover estudos e pesquisas sobre gestão e políticas públicas, envidar esforços para a realização de concursos públicos para EPPGGs e representar jurídica e administrativamente os interesses de seus associados.

Nossa história

A carreira surge no contexto de criação de um Estado de bem estar social e ampliação de direitos. Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o Governo Federal criou a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em 1988, e a carreira de EPPGGs, em 1989, para seus egressos. O momento, marcado pela redemocratização, impunha o desafio de construir uma administração pública protegida contra o clientelismo, tecnicamente qualificada e orientada por valores republicanos.

O objetivo era profissionalizar a gestão do Estado utilizando-se de um corpo de servidores permanentes, com inserção estratégica e articulada no Poder Executivo Federal para dar suporte ao seu comando político, assegurar a continuidade administrativa e aperfeiçoar suas práticas gerenciais.

O primeiro concurso no âmbito federal para a carreira foi realizado em 1988. Ao todo, foram realizadas 13 edições de concursos selecionando dezesseis turmas de gestores. Posteriormente, estados e municípios criaram também suas respectivas carreiras de gestores. Assim, possuem carreiras semelhantes, os estados do Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro, além de municípios como Cuiabá e São José dos Campos.

Gestão pública

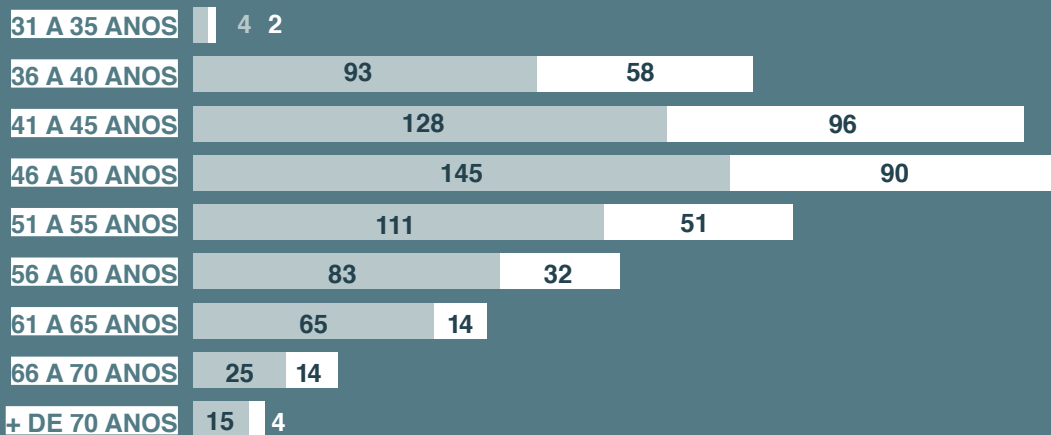
Valorizar a gestão pública é a base de um governo democrático. Para atender às demandas sociais, econômicas e estruturais do País, são necessários servidores treinados para gerir políticas públicas e a máquina administrativa, que saibam lidar com o arcabouço normativo, com interlocutores do setor público e que sejam

vocacionados a servir à população. Estimativas da OCDE (2017) indicam que de 10% a 30% do investimento em um projeto de construção, por exemplo, seja perdido por má gestão e corrupção. Fortalecer a gestão pública, então, significa buscar melhores resultados a cada real investido.

Perfil dos EPPGGs

- 17 anos de tempo médio de carreira
- 17 anos de tempo médio de serviço público
- Visão estratégica e sistêmica do governo
- Forte experiência em articulação e negociação
- Profundo conhecimento do Estado
- Ampla mobilidade
- Ampla rede de relacionamento
- Capacidade de inovar
- Experiência em direção e assessoramento

EPPGGS POR FAIXA ETÁRIA E GÊNERO



■ HOMENS ■ MULHERES

Fonte: SEGES

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS DOS EPPGGS

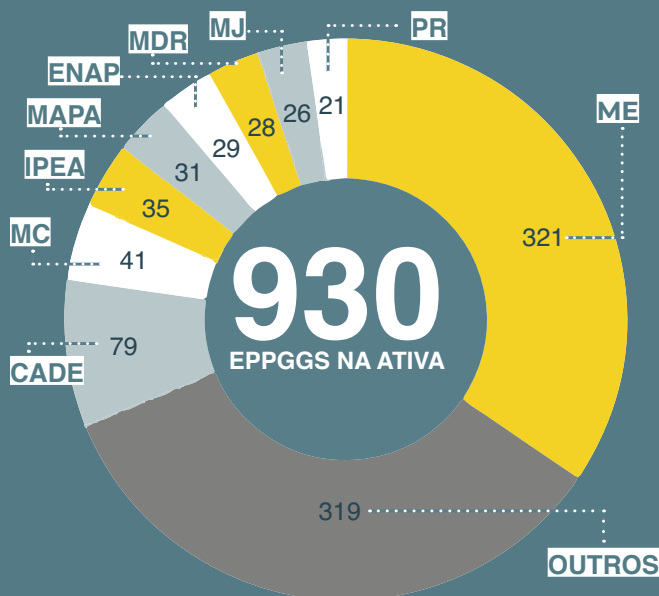
- Liderança
- Assessoria técnica
- Políticas públicas
- Gestão de equipes
- Governança
- Inovação
- Gestão governamental

Fonte: SEGES



Onde EPPGGs atuam hoje

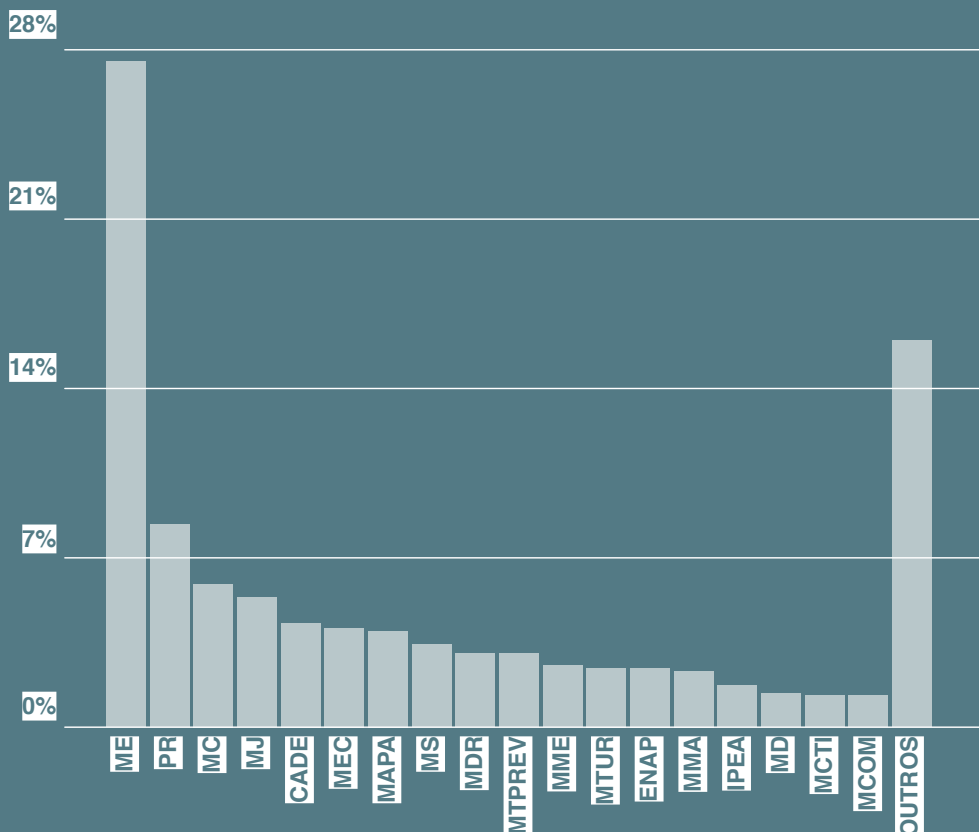
Atualmente, mais de 900 EPPGGs estão em atividade nos órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional. A distribuição desses profissionais, feita conforme as prioridades do Estado, revela uma presença diversificada e uma visão abrangente do governo federal. Isso, somado à atuação transversal, interministerial e pluridisciplinar, dá à carreira o diferencial de poder atuar de forma qualificada na Administração Pública.



Fonte: SEGES

Onde os EPPGGs estiveram nos últimos 21 anos?

DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE EXERCÍCIO DOS EPPGGs PELOS ÓRGÃOS, CONSIDERANDO ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ATUAL



Fonte: SEGES

DISTRIBUIÇÃO POR ÁREA TEMÁTICA

ECONOMIA*

29,3

REGULAÇÃO

9,2

PRESIDÊNCIA

8,4

EDUCAÇÃO

7,8

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTE

6,0

JUSTIÇA E SEG. PÚBLICA

5,3

SAÚDE

3,9

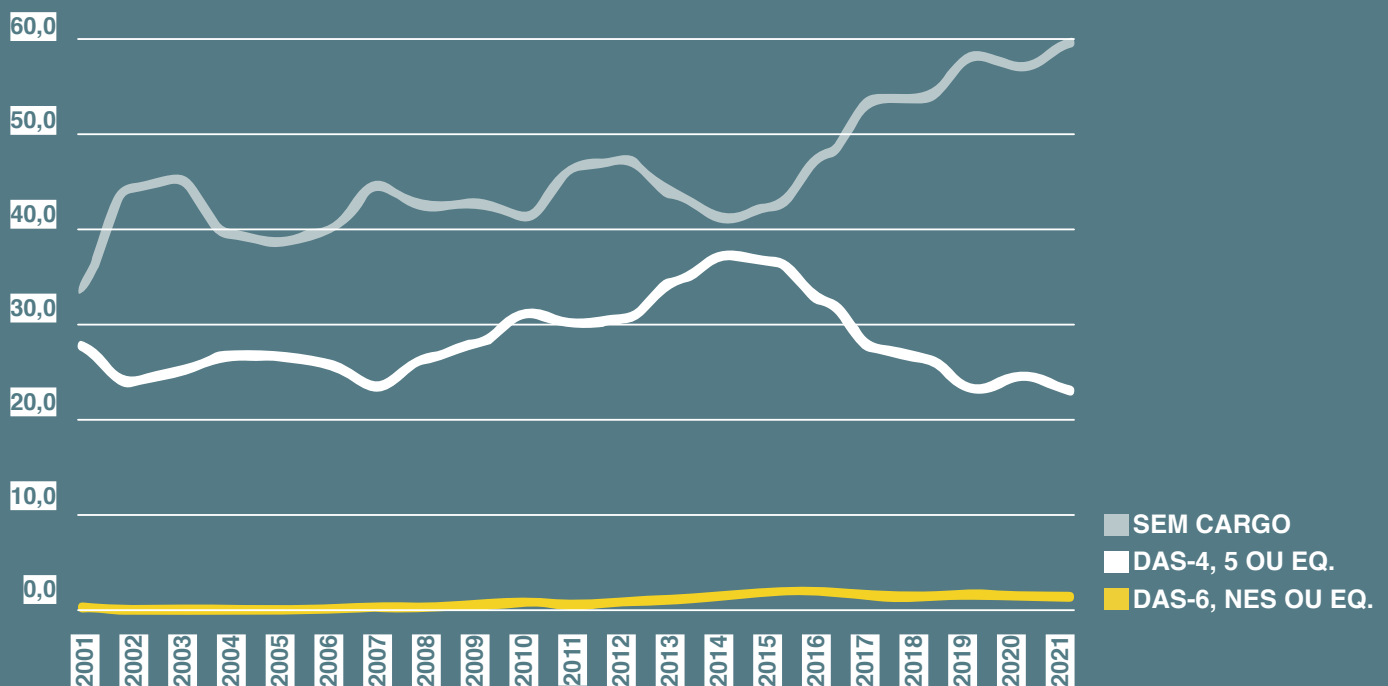
*Inclui Planejamento, Orçamento, Gestão, Fazenda, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: SEGES

EPPGGs são responsáveis pela direção e assessoramento de políticas públicas?

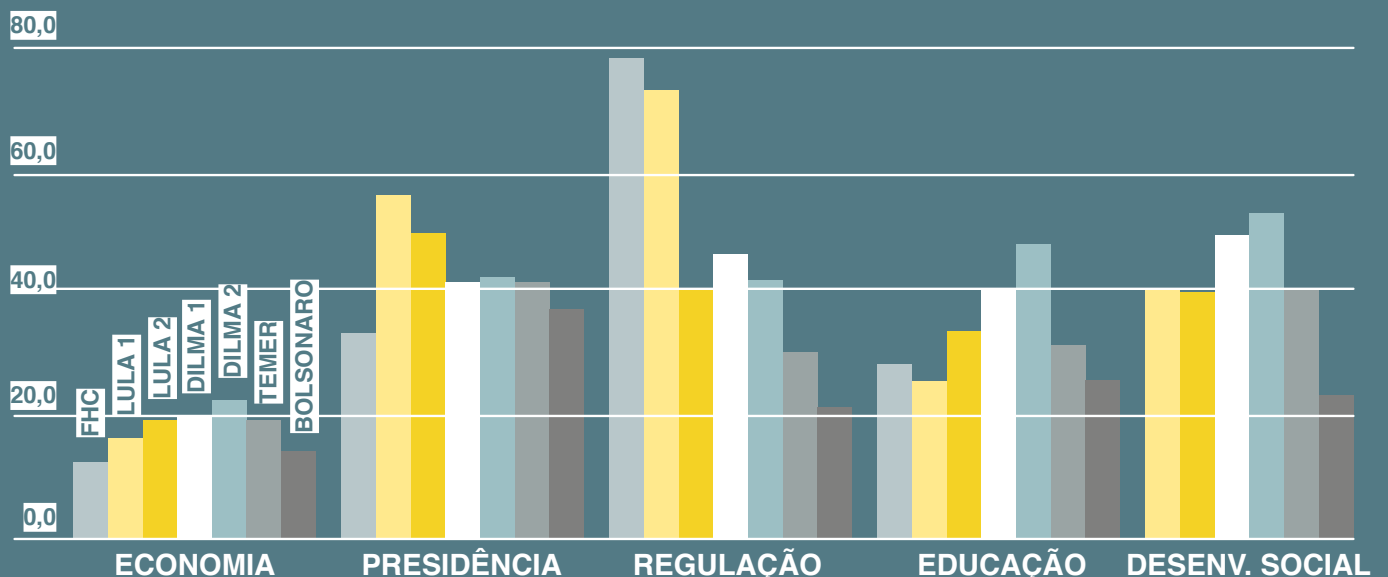
As atribuições de nossa carreira, dadas pela Lei 7.834, de 6 de outubro de 1989, incluem não só a execução de atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, como também atuar na direção e assessoramento aos escalões superiores da Administração Direta e Autárquica. Os membros da carreira têm vasta experiência na Administração Pública, em diferentes graus de complexidade, responsabilidade e autonomia.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS ANO A ANO



Fonte: SEGES

EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS EQUIVALENTES A DAS 4 E 5 A CADA GOVERNO POR ÁREA TEMÁTICA



Fonte: SEGES

Perspectivas

Os EPPGGs querem contribuir com toda a Administração Pública. A partir de survey/censo realizado pela SEGES/ME identificaram-se as áreas de maior intenção de contribuição dos EPPGGs num futuro próximo, veja:

EPPGGs COM INTENÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO FUTURA POR ÁREA



Fonte: SEGES

Exemplos de políticas públicas com a participação decisiva de EPPGGs

- Novo Fundeb
- Bolsa Família
- Viver Sem Limite
- Conferências Nacionais Temáticas
- Diário Oficial Digital
- Reestruturação do PPA
- Cisternas
- Comunidade Solidária
- Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
- Programa Nacional de Direitos Humanos
- Política de Direitos Autorais
- Plano Nacional da Banda Larga

Onde EPPGGs fazem a diferença: alguns casos de políticas públicas em cujas equipes os EPPGGs se destacaram

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi um programa federal de transferência de renda condicionada implementado entre 2003 e 2021. Os dezoito anos de existência do PBF podem ser divididos em várias etapas: o período 2003/2004, marcado pela rápida expansão da cobertura; o período 2005/2006, quando completou-se a regulamentação e aperfeiçoou-se o modelo de gestão do Programa; o período 2007/2010, no qual foram debatidas maneiras de “completar o desenho do PBF” e de abrir “portas de saída” para os beneficiários; o período 2011/2015, quando o PBF fez parte do Plano Brasil sem Miséria (BSM); o período 2016/18, já na gestão Temer, quando predominou a retórica do “pente fino” (no sentido avaliação da focalização e do direcionamento do Programa “aos que mais precisavam”); e o período 2019-2021, que começou com propostas de redesenho do PBF pela gestão Bolsonaro, em caráter exploratório. Contudo, a pandemia de Covid-19 suspendeu temporariamente esse plano, obrigando à coexistência entre o PBF e o Auxílio Emergencial em 2020 e 2021, com grandes efeitos para a gestão do PBF devido à necessidade de paralisação de vários serviços nos períodos de maior isolamento social. Apenas em novembro de 2021, com o fim do Auxílio Emergencial, o PBF foi finalmente transformado no Programa Auxílio Brasil (PAB).

Participação dos EPPGG na formulação e na implementação do PBF

O diagnóstico da fragmentação, superposição e desarticulação dos programas federais

de transferência de renda já aparecia no programa de governo do Partido dos Trabalhadores, em 2002, e esteve em debate na transição da primeira gestão do Governo Lula. Em março de 2003, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da CPS para elaborar um diagnóstico e uma proposta de integração dos benefícios dos programas federais de transferência de renda. Diversos membros da carreira de EPPGG participaram desse grupo de trabalho. Após oito meses de discussão no âmbito federal e de negociação com os governos estaduais e municipais, o PBF foi lançado em outubro de 2003, unificando os seguintes programas: Cartão Alimentação, Bolsa Escola (PBES), Bolsa Alimentação (PBAL) e Auxílio-Gás. Em 2005, Rosani Cunha, EPPGG da 5ª turma, assumiu a SENARC, onde permaneceu até 2008, ano do seu falecimento em um trágico acidente. Depois disso, até 2020 houve uma sequência de EPPGGs como titulares da Secretaria. A presença de servidores de carreira na gestão da SENARC foi fundamental para a manutenção das características essenciais do desenho do PBF, a introdução de instrumentos inovadores de gestão, com o IGD, e o fortalecimento do modelo descentralizado e intersetorial de implementação do Programa. Por isso, pode-se dizer que a carreira de EPPGG deu sua contribuição à formulação, implementação e avaliação desse importante Programa, que se tornou exemplo de política de Estado e segue sendo uma referência para a garantia do direito à renda em diversos países.

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Pnsan) foi instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, vindo a regulamentar a Lei nº 11.346/2006, conhecida como a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). Com este marco legal, iniciou-se a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan¹) para a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional, inscrito na Constituição Federal a partir da PEC 047/2003, que inseriu a alimentação entre os direitos sociais dos brasileiros (Art. 6º).

Implementação do Sisan, saída do Mapa da Fome e a participação dos EPPGG

O Sisan conta com 4 componentes: as conferências, os conselhos de segurança alimentar e nutricional (Consea), as câmaras interministeriais ou intersecretarias de segurança alimentar e nutricional (Caisan) e os planos de segurança alimentar e nutricional.

Desde a pioneira 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 1994, foram realizadas outras quatro: em 2004 e 2007, no governo Lula, e, em 2011 e 2015, no governo Dilma. A sexta conferência que deveria ter sido realizada em 2019, já no governo Bolsonaro, observado o interstício de quatro anos, não foi realizada. São as conferências da SAN que indicam as diretrizes e prioridades para a Pnsan e para a elaboração dos Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan).

Os Plansan são a principal ferramenta de planejamento, gestão e monitoramento das políticas públicas e busca concretizar e dar visibilidade à intersetorialidade. Dois Plansan foram elaborados: o primeiro, para 2012-2015, que contou inclusive com relatório de avaliação, e o segundo para 2016-2019. Os EPPGG participaram da elaboração e implementação dos Plansan em diversas posições técnicas, de direção e gestão estratégica.

O Consea, recriado em 2003, foi instância fundamental de participação e controle social e elo entre o núcleo central do governo e a sociedade civil. Da mesma forma, a Caisan Nacional foi o núcleo que deu concretude à elaboração e construção da intersetorialidade das políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional. A Caisan chegou a reunir 20 ministérios e órgãos federais. Ambos, Consea e Caisan, contaram com EPPGG em suas secretarias-executivas e na representação técnica e institucional.

O conjunto de políticas públicas de promoção de SAN implementadas desde 2003 por meio do Fome Zero e do Plano Brasil Sem Miséria foi responsável pela saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014. Além do Bolsa Família e do processo de valorização do salário mínimo, destacaram-se o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Cisternas. Tais políticas públicas, especialmente as concentradas no então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contaram com EPPGG em diversas posições para sua elaboração, implementação, avaliação, como também em sua direção.

EPPGG participaram da implementação inicial do Fome Zero, em 2003, da criação do Cartão Alimentação, que viria a ser unificado no Programa Bolsa Família, e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também foram fundamentais na criação, expansão e consolidação do Programa Cisternas. Membros da carreira de EPPGG também participaram e lideraram o trabalho de diagnóstico, implementação e avaliação do Plano Brasil Sem Miséria, que abarcava as principais políticas de promoção de SAN.

1. O Sisan tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

Cadastro Único

Em 2022, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) completou 21 anos de existência. Hoje esse registro administrativo é um instrumento consolidado para a identificação e caracterização dos segmentos mais vulneráveis da população brasileira, sendo utilizado por 28 programas sociais federais para seleção de público-alvo e avaliação de resultados e impactos.

Desde 2005, o modelo de gestão do Cadastro Único é descentralizado. A União é responsável pela normatização e coordenação nacional, mas são as redes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios e DF as responsáveis pelo cadastramento, com o apoio técnico dos estados. Há atualmente cerca de 12 mil postos de atendimento do Cadastro Único. Em setembro de 2022, havia 39.032.711 famílias e 90.525.701 pessoas cadastradas, a uma média de 2,32 pessoas por família.

Os EPPGG tiveram papel importante nessa trajetória de sucesso. Até 2019, o Departamento do Cadastro Único (DECAU) fazia parte da estrutura da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), responsável pelo Programa Bolsa Família (PBF), cuja história também é marcada pela presença dos EPPGG em posições-chave. As duas iniciativas evoluíram juntas, uma vez que a expansão da cobertura e o aperfeiçoamento da gestão do PBF estimularam a evolução e consolidação do Cadastro Único, fonte de dados para seleção do público-alvo e para procedimentos de verificação de elegibilidade do PBF, por exemplo.

Contudo, em janeiro de 2019, com a criação do Ministério da Cidadania (MC), a gestão do PBF e do Cadastro Único foram separadas. O DECAU passou a integrar a estrutura da Secretaria da Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), onde permaneceu até maio de 2020, quando foi instituída a Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD), já em meio à pandemia de Covid-19. A SECAD participou da gestão do Auxílio Emergencial em 2020 e 2021, benefício que só pôde ser pago tão rapidamente e a um número tão grande de pessoas devido à existência do Cadastro Único e da sistemática consolidada de pagamento do PBF.

Por causa da pandemia, as ações de qualificação do Cadastro Único foram interrompidas e o cadastramento foi afetado pelo fechamento temporário dos equipamentos do SUAS nos municípios. Em 2022, os processos de Averiguação e Revisão Cadastral foram retomados, e foram adotadas iniciativas para aperfeiçoar o Cadastro, como a atualização da base legal e a modernização tecnológica, com lançamento de novo portal e aplicativo.

Porém, o Cadastro Único tem enormes desafios a superar a partir de 2023. O principal deles talvez seja assegurar a qualidade dos dados cadastrais, que foi afetada pela interrupção dos processos de Averiguação e Revisão Cadastral em 2020 e 2021, assim como pelas mudanças no desenho do Programa Auxílio Brasil (PAB), instituído em novembro de 2021, que criaram incentivos para o desmembramento das unidades familiares no Cadastro. Assim, uma das ações de qualificação mais recentemente previstas é a de Averiguação de Cadastros Unipessoais.

Outros desafios são: a recomposição do orçamento 2023 dos serviços do SUAS, de modo a não comprometer os processos de novas inscrições ou de atualização cadastral realizados nos postos de atendimento do Cadastro Único, situados na maior parte nos CRAS; a recuperação do papel das instâncias de pactuação federativa do SUAS no processo decisório sobre o Cadastro, e que no período mais recente deixaram de ser consideradas enquanto espaços de gestão compartilhada; e a retomada e intensificação dos processos de capacitação das equipes locais do Cadastro, tendo em vista as inovações recentes.

Caberá ainda o desafio de investir na integração entre o Cadastro Único e outros registros administrativos, a fim de aumentar a qualidade dos dados, desonerar a gestão municipal nos processos de qualificação cadastral e facilitar a vida dos cidadãos, que não precisam mais prestar as mesmas informações em registros administrativos distintos. Também nesse caso, a definição conjunta de fluxos e procedimentos entre os níveis de governo e a intensificação das ações de capacitação são fundamentais.

Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto

A Enimpecto é uma estratégia de Estado que perpassa diferentes governos com vigência prevista até 2027. Seu objetivo é fomentar empresas e startups que geram lucro ao mesmo tempo em que contribuem para resolver problemas sociais e ambientais.

Nenhum país no mundo possui uma estratégia com a abrangência da Enimpecto. O Brasil é pioneiro em legislação específica para o tema, e o único a possuir um Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto que congrega 16 órgãos públicos e 10 da sociedade civil, iniciativa privada e organizações internacionais.

Os próximos anos exigem a construção de uma agenda moderna de desenvolvimento econômico, social e ambiental, pautada nos investimentos em inovação e tecnologia, na pauta ESG (*Environmental, Social and Governance*) e na Agenda 2030 da ONU, algo que só pode ser obtido por meio da cooperação internacional e da união e diálogo entre setores público, privado e sociedade civil. A Enimpecto incorpora tais conceitos e promove a atuação de empresas de impacto, liberando recursos para aprimorar as políticas públicas ao mesmo tempo que fomenta a criação de novos mercados.

Desde que criamos a Enimpecto, conseguimos quadruplicar o investimento de impacto e dobrar a quantidade de negócios de impacto no país. Lançar três fundos de impacto no BNDES e um fundo no Banco do Brasil que totalizam mais de R\$ 800 milhões. Acelerar mais de 200 startups no InovAtiva de Impacto e mais uma centena no BNDES Garagem, fazendo com que boas iniciativas de negócio captassem investimento e refinassem seus

produtos. Mais de 20 mil empreendedores se capacitaram no curso online que criamos no Sebrae. Definimos uma metodologia de certificação de aceleradoras e incubadoras de impacto que conta com mais de 80 instituições certificadas. Apoiamos uma rede de mais de 100 incubadoras e aceleradoras de impacto. Articulamos as Instituições de Ensino Superior e suas lideranças institucionais sobre o necessário envolvimento da Academia no processo de formação dos empreendedores do futuro. Propusemos projetos de lei de Contratos de Impacto Social, de Qualificação de Sociedades de Benefícios, de Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e solicitamos importantes melhorias regulatórias junto à Receita Federal e a outros órgãos de governo.

Participação dos EPPGGs

A atuação de gestores (EPPGGs) com experiência em implantação de políticas públicas e participação social foi fundamental para o êxito e para os resultados da iniciativa que, a despeito da falta de apoio dos dirigentes do Ministério, se transformou em uma referência positiva no setor. O Brasil foi escolhido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, juntamente com o Reino Unido, onde o Impact Investing surgiu, para servir como exemplo para outros países que desejam fomentar o campo de investimentos e negócios de impacto. Ademais, a Enimpecto também serviu de inspiração para o projeto de Lei Nacional proposto na Argentina (*Proyecto Ley Nacional n° 1461-D-2021*) em conjunto por 10 (dez) deputados federais, com o objetivo de desenvolver e promover uma economia de impacto.

Políticas de apoio à economia solidária

A partir de 2003, foi implantada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego, fruto da mobilização da sociedade organizada em torno do tema, trazendo para a agenda pública federal o trabalho associado autogestionário e outras formas solidárias de produção e reprodução de meios de vida.

As políticas implementadas pela Senaes e dialogadas de modo participativo com o Conselho Nacional de Economia Solidária e por meio das Conferências Nacionais (realizadas em 2006, 2010 e 2014) representaram um reconhecimento das políticas públicas sobre a economia solidária enquanto forma de organização do mundo do trabalho, para além das relações assalariadas ou do trabalho autônomo individual. Além do trabalho associado para a produção de bens ou prestação de serviços, também outras formas econômicas solidárias passaram a ser reconhecidas e apoiadas, tais como: produtores que se associam para comercializar coletivamente ou comprar insumos coletivamente ou usar coletivamente um espaço ou infraestrutura de produção ou prestação de serviços; ou comunidades que implementam finanças solidárias e desenvolvimento local por meio de moedas sociais e bancos comunitários.

Em sua diversidade, as políticas voltadas à economia solidária multiplicaram esforços para disseminar pontes com outros setores de políticas, com destaque para as políticas de agricultura familiar e segurança alimentar³, a política de fortalecimento do cooperativismo e associativismo de catadores e catadoras de materiais recicláveis⁴, a política de apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais e estruturação das incubadoras de empreendimentos solidários⁵, e os editais de fomento voltados a redes de cooperação econômica (territoriais ou temáticas). No período que vai até 2015, essa teia de ações e políticas avançou no governo federal, ainda que de modo desigual. Boa parte desse trabalho foi executado por vários EPPGGs que

fizeram parte da estrutura da Senaes durante esse período.

Contudo, desde 2016 a estrutura da secretaria veio sendo progressivamente reduzida, até se tornar hoje uma coordenação vinculada à área de inclusão produtiva do Ministério da Cidadania, com limitações orçamentárias e operacionais para manter em níveis mínimos o tema na agenda pública e o funcionamento e estruturação das políticas, na comparação com o período anterior. O Conselho Nacional de Economia Solidária foi um dos órgãos paralisados a partir de 2019, e a política que nasceu participativamente, tendo a construção conjunta entre Estado e sociedade como marco fundador, ressentiu-se fortemente desse recuo e estagnação.

A partir de 2023 abre-se a oportunidade de retomar esta construção, com o desafio de reativar o Conselho Nacional e de recompor as ações e chamadas públicas para apoiar as demandas da economia solidária, sobretudo na articulação e fortalecimento das redes e nos acessos a conhecimentos, a crédito, e a canais de comercialização.

2. De acordo com os dados do segundo mapeamento da economia solidária promovido pela Senaes, entre 2009 e 2013, mais da metade (54,8%) dos empreendimentos mapeados atuava predominantemente em áreas rurais, em atividades de produção e comercialização de produtos agrícolas (conforme relatório de pesquisa do IPEA publicado em 2016).

3. Por meio das três edições do Cataforte, realizadas em conjunto com os órgãos e bancos públicos reunidos no CIISC, o Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis, órgão ligado à Secretaria Geral da Presidência da República.

4. O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) funcionou ao longo do período até 2017, apoiando cerca de uma centena de projetos de incubadoras e núcleos de incubação em instituições de ensino superior, por meio de editais em parceria com o CNPq, a FINEP e outros órgãos, como os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia e Inovações (ver relatório de avaliação publicado pelo IPEA em 2017).

Estratégia de Desenvolvimento de Lideranças Públicas Brasileiras

Após a realização de algumas iniciativas pontuais em 2015 e 2016, foi criada na Enap uma unidade com atribuição formal de “planejar, dirigir, coordenar, orientar e avaliar as atividades de (...) capacitação de altos executivos”. Surgiu, assim, a Coordenação-Geral de Capacitação de Altos Executivos (CGCAE), unidade integrante da hoje denominada Diretoria de Educação Executiva (DEX). Essa nova unidade passou a ser responsável por conduzir as ações de desenvolvimento voltadas aos altos executivos.

A Estratégia de Desenvolvimento de Lideranças Públicas Brasileiras consiste em três grandes grupos de ações: a formação de altos executivos do governo federal, a formação de altos executivos de estados e municípios e o desenvolvimento de futuros líderes. Como referencial conceitual para o desenvolvimento dos líderes foram estabelecidas nove competências essenciais de liderança para o setor público. A formalização desse rol de competências foi algo inédito no governo federal brasileiro, e foi resultado de um longo benchmark com 10 países diferentes, e com diversos documentos referenciais de OCDE.

As ações de desenvolvimento são ofertadas nos formatos presencial, híbrido e remoto, com prioridade de uso de metodologias interativas, cases, oficinas e demais possibilidades de experimentação real dos temas estudados. Além de cursos, são ofertados programas de mentoria, curadoria de conteúdo de liderança, palestras com especialistas, vivências internacionais, assessorias in company e certificações avançadas. Para tanto, são convidados renomados professores/palestrantes nacionais e internacionais, geralmente vinculados a instituições de prestígio e reconhecimento internacional.

As parcerias estabelecidas para nossas ações têm sido fundamentais para o sucesso do proje-

to. Alguns desses parceiros são: Agência Alemã de Cooperação (GIZ), Columbia University, Lee Kuan Yew School of Public Policy da Universidade Nacional de Singapura, School of Public and Environmental Affairs da Universidade de Indiana, Microsoft, Hertie School, Apolitical, Georgetown University, Instituto Nacional de Administração da França (antiga ENA). A interação com essas instituições torna a Enap um interlocutor privilegiado, que tem acesso ao que há de mais sofisticado, inovador e efetivo para o desenvolvimento de lideranças públicas.

O governo federal brasileiro possui hoje mais de nove mil pessoas em cargos de alta direção de seus órgãos. Essas pessoas são responsáveis pela condução de uma imensa população de quase 600 mil servidores públicos federais espalhados por todo o país e carregam a missão de fazer do serviço público um espaço de inovação, eficiência e probidade, que gere serviços e políticas públicas de qualidade aos cidadãos.

A Estratégia de Desenvolvimento de Lideranças Públicas Brasileiras, diretamente pela Enap, ou em parceria com instituições de renome, tem realizado iniciativas totalmente inéditas, e sendo lideradas por vários integrantes da carreira de EPPGG, cujos resultados são bastante expressivos: Programa Liderando para o Desenvolvimento; Programa de Mentoria para Altos Executivos do Setor Público; Estratégia de Multiplicação de Iniciativas de Mentoria no Setor Público; Programa LideraGov; Cursos de Curta e Média Duração; Fronteiras e Tendências (FronTend); Ciclos Internacionais e Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal; Atividades de Pesquisa. Destaca-se, ainda, o recebimento do Prêmio Global Public Service Team of the Year 2021, da Apolitical, na categoria Community Innovator pela equipe do Programa Liderando para o Desenvolvimento.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Autoridade brasileira de defesa da concorrência, o CADE é premiado nacional e internacionalmente por suas boas práticas e resultados. Autarquia em regime especial com jurisdição em todo o território nacional. A partir de 2011, com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, foi reestruturado e passou a ser responsável por instruir e julgar os processos administrativos de apuração de infrações à ordem econômica, assim como os processos de análise de fusões e aquisições de empresas.

Por não possuir carreira própria a Lei estabeleceu a criação, para exercício prioritariamente no CADE, de 200 cargos de EPPGG.

Atuação de EPPGGs no CADE

No CADE, os EPPGGs contribuem de forma decisiva com a política de defesa da concorrência, atuando especialmente na atividade fim desta Autarquia, qual seja, “a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica”, desenvolvem atividades relevantes e de alta complexidade nas três linhas de atuação finalística: preventiva, repressiva e educativa, compondo a maior parte da mão de obra que atua em todas as fases de investigação de

infrações à ordem econômica, definindo estratégias de investigação e analisando os processos de cartéis, fusões, aquisições, incorporações e outros atos de concentração econômica.

Atualmente, o Cade possui 81⁶ EPPGGs em exercício na Autarquia - sendo que 25 ocupam cargos de direção e assessoramento e membros da Carreira já exerceram mandatos dos cargos de Presidente (1), Conselheiro (3) e Superintendente-Geral (2).

Além de contribuir para a criação de um ambiente de negócios mais saudável e competitivo no Brasil, a atuação da Carreira de EPPGG no CADE contribuiu para o recolhimento de mais de R\$ 2,65 bilhões de reais, nos últimos 5 anos, ao Fundo de Direitos Difusos, oriundos das condenações e, em grande parte, celebração de acordos, também negociados por integrantes da carreira⁷.

5. Considerando que o art. 121 da Lei nº 12.529/2011 criou 200 cargos de EPPGG para exercício prioritário no Cade, este Conselho tem atualmente um déficit de 59,5% no provimento de servidores da carreira.

6. Fonte: NOTA TÉCNICA Nº 8/2022/CGESP/DAP/CADE SEI nº 1053507

Subchefia de Articulação e Monitoramento

A carreira de EPPGGs também teve participação fundamental na Subchefia de Articulação e Monitoramento incluída na estrutura da Casa Civil por meio do Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004. Conhecida como SAM, a subchefia foi criada com a função de acompanhar pari passu as prioridades presidenciais e afirmou-se muito mais do que mera estrutura encarregada por sinalizar o andamento de projetos. Mais do que apontar dificuldades de execução, a área tornou-se responsável, por sua força institucional ao pertencer à Casa Civil, por concretamente resolver os problemas que surgiam e porventura ameaçassem a entrega dos resultados.

Assim, a SAM teve papel central na implementação inicial do PAC e das Agendas Sociais dos Governos Lula e Dilma. Uma dessas entregas

foi, por exemplo, garantir que fosse superada a alarmante taxa de subregistro civil de nascimento incluindo fortalecimento da Declaração de Nascido Vivo e alteração de lei para que mães pudessem registrar seus filhos sem o requerimento de explicar a ausência dos pais.

Outros projetos que tiveram participação crucial da SAM foram a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, para os quais a Casa Civil garantiu o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo governo federal, bem como outros projetos com forte necessidade de articulação intragovernamental, como resposta aos desastres naturais causados pelas chuvas de começo de ano, erradicação do Zika vírus, construção de satélite ou a implementação do programa mais médicos.



ANESP

Associação Nacional dos Especialistas em
Políticas Públicas e Gestão Governamental



/eppgg



@anespgestores



@anespgestores



@anesp



/anespgestores



anesp.org